



<b>Processo nº</b>	10882.901961/2008-74
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>3201-009.042 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	26 de agosto de 2021
<b>Embargante</b>	CENTURYLINK COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

#### **ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/02/2003 a 28/02/2003

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PEDIDO DE PARCELAMENTO. EFEITOS. DESISTÊNCIA DO RECURSO VOLUNTÁRIO. NULIDADE DO JULGAMENTO.**

A formalização do parcelamento em data anterior ao julgamento do recurso, não obstante não ter sido apresentada a desistência formal, importa na desistência do recurso interposto, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 78 Regimento Interno do CARF. Anula-se, por consequência, o acórdão que conheceu e apreciou o recurso voluntário interposto

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, acolher os Embargos de Declaração com efeitos infringentes, para não conhecer do recurso voluntário e, por via de consequência, anular o acórdão embargado.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Roberto Duarte Moreira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Hélcio Lafetá Reis (Relator), Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Mara Cristina Sifuentes, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Lara Moura Franco Eduardo (Suplente convocada), Laércio Cruz Uliana Junior, Márcio Robson Costa e Paulo Roberto Duarte Moreira (Presidente). Ausente o Conselheiro Arnaldo Diefenthaler Dornelles.

#### **Relatório**

Trata-se de Embargos de Declaração apresentado pela contribuinte e admitido nos seguintes termos:

*Ocorre que em uma visita aos autos pode-se constatar que assiste razão à Embargante, visto que não há menção na decisão embargada quanto à petição de fls. 252/253 e documentos de fls. 316/332, apresentados em 19/06/2020, através do Termo de Solicitação de Juntada, fl. 250, posteriormente à emissão da Informação Fiscal de fls. 245/247.*

**Conclusão** Pelo exposto, com fundamento no art. 65, do Anexo II, do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 2015, **ACOLHO** os Embargos de Declaração opostos pelo sujeito passivo, no que tange ao vício arguido de omissão.

**Encaminhe-se à DIPRO/COJUL**, para, com base nos §§5º e 8º do art. 49 do Anexo II, do RI-CARF, providenciar o sorteio dos presentes Embargos dentre os Conselheiros da 1<sup>a</sup> Turma da 2<sup>a</sup> Câmara da 3<sup>a</sup> Seção, para inclusão em pauta de julgamento, visto que o Relator originário não mais integra a Turma que prolatou o Acórdão embargado.

(assinado digitalmente)

**Paulo Roberto Duarte Moreira** Presidente da 1<sup>a</sup> Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 3<sup>a</sup> Seção do CARF

Em síntese, alegou a contribuinte ter aderido ao REFIS da COPA anteriormente ao julgamento do Recurso Voluntário, se manifestando nos autos pela desistência e reconhecimento integral do débito pago.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior - Relator

Os Embargos de Declaração são tempestivos e merecem ser conhecido.

O pleito da Embargante é no sentido de que a decisão nada se manifestou sobre a quitação do débito com o REFIS da COPA, pela modalidade de utilização de prejuízo fiscal, para tanto, juntou comprovante de pagamento e pedido de desistência.

De fato, o pedido de desistência e o pagamento ocorreu antes do julgamento do acórdão do recurso voluntário, nesse sentido resta clara a omissão em nada se manifestar da manifestação apresentada e assim devendo sanar a omissão.

Como já é notório o pedido de desistência ou o parcelamento total ensejam em não conhecimento do recurso, assim, deve ser admitido com efeitos infringentes os aclaratórios para que se anule o acórdão anterior e passe assim constar:

*“Foi apresentado pedido de desistência pela contribuinte em petitório diante do pedido de parcelamento do REFIS COPA.*

Nos termos do art. 78 do RICARF, assim disciplina a desistência:

*Art. 78. Em qualquer fase processual o recorrente poderá desistir do recurso em tramitação.*

*§ 1º A desistência será manifestada em petição ou a termo nos autos do processo.*

§ 2º O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do recurso.

§ 3º No caso de desistência, pedido de parcelamento, confissão irretratável de dívida e de extinção sem ressalva de débito, estará configurada renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo, inclusive na hipótese de já ter ocorrido decisão favorável ao recorrente.

§ 4º Havendo desistência parcial do sujeito passivo e, ao mesmo tempo, decisão favorável a ele, total ou parcial, com recurso pendente de julgamento, os autos deverão ser encaminhados à unidade de origem para que, depois de apartados, se for o caso, retornem ao CARF para seguimento dos trâmites processuais.

§ 5º Se a desistência do sujeito passivo for total, ainda que haja decisão favorável a ele com recurso pendente de julgamento, os autos deverão ser encaminhados à unidade de origem para procedimentos de cobrança, tornando-se insubsistentes todas as decisões que lhe forem favoráveis.

Assim, resta claro que a contribuinte fez o seu pleito de desistência por meio de petição, subsidiando seu pedido a adesão do REFIS COPA, conforme encartado nos autos.

Deste modo, merece ser reformada a decisão objurgada, nesse sentido:

*Numero do processo:15983.000306/2006-11 Turma:Segunda Turma  
Ordinária da Terceira Câmara da Primeira Seção Câmara:Terceira  
Câmara Seção:Primeira Seção de Julgamento Data da sessão:Wed  
Feb 12 00:00:00 BRST 2014 Data da publicação:Fri Mar 21 00:00:00  
BRT 2014 Ementa:Assunto: Normas de Administração Tributária  
Ano-calendário: 1997 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.  
OMISSÃO. PEDIDO DE PARCELAMENTO. EFEITOS.  
DESISTÊNCIA DO RECURSO VOLUNTÁRIO. NULIDADE DO  
JULGAMENTO. A formalização do parcelamento em data anterior  
ao julgamento do recurso, não obstante não ter sido apresentada a  
desistência formal, importa na desistência do recurso interposto,  
nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 78 Regimento Interno do CARF.  
Anula-se, por consequência, o acórdão que conheceu e apreciou o  
recurso voluntário interposto.*

*Numero da decisão:1302-001.291 Nome do relator: LUIZ TADEU  
MATOSINHO MACHADO*

*Numero do processo:35564.006097/2006-67 Turma:2ª  
TURMA/CÂMARA SUPERIOR REC. FISCAIS Câmara:2ª SEÇÃO  
Seção:Câmara Superior de Recursos Fiscais Data da sessão:Thu Oct  
26 00:00:00 BRST 2017 Data da publicação:Mon Nov 20 00:00:00  
BRST 2017 Ementa:Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias  
Data do fato gerador: 30/10/2006 CONTRIBUIÇÕES*

*PREVIDENCIÁRIAS. AUTO DE INFRAÇÃO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENIGNA. LEI N° 8.212/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 449/2008, CONVERTIDA NA LEI N° 11.941/2009. PEDIDO DE PARCELAMENTO. DESISTÊNCIA DO RECURSO. DEFINITIVIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Tendo o contribuinte optado pelo parcelamento dos créditos, resta configurada a renúncia, devendo ser declarada a definitividade do crédito, ficando restabelecido a lançamento em seu estado original. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECADÊNCIA QUINQUENAL. PEDIDO DE PARCELAMENTO. DESISTÊNCIA DO RECURSO. O pedido de parcelamento, importa a desistência do recurso, razão pela qual não devem ser conhecidas as razões apresentadas em sede de Recurso Especial pelo Sujeito Passivo.*

*Numero da decisão: 9202-006.181 Nome do relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA*

Desse modo, não se conhece do Recurso Voluntário diante do pedido de desistência e parcelamento.”

Ainda, a ementa deve passar constar da seguinte maneira:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PEDIDO DE PARCELAMENTO. EFEITOS. DESISTÊNCIA DO RECURSO VOLUNTÁRIO. NULIDADE DO JULGAMENTO.**

A formalização do parcelamento em data anterior ao julgamento do recurso, não obstante não ter sido apresentada a desistência formal, importa na desistência do recurso interposto, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 78 Regimento Interno do CARF. Anula-se, por consequência, o acórdão que conheceu e apreciou o recurso voluntário interposto

É como voto.

### **CONCLUSÃO.**

Diante do exposto, voto para acolher os Embargos de Declaração com efeitos infringentes, para não conhecer do recurso voluntário e, por via de consequência, anular o acórdão embargado.

(assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior - Conselheiro